Felício. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Nivaldo Santana. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Souza Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Dilson. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Vinholi. (Pausa.)

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Palmiro Mennucci.

* * *

O SR. PRESIDENTE - PALMIRO MENNUCCI - PPS - Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Almeida. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Afanasio Jazadji. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Donisete Braga.

O SR. DONISETE BRAGA - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, leitores do Diário Oficial, funcionários da Assembléia Legislativa, não poderia deixar de abordar neste instante um grave assunto que está ocorrendo no Governo do Estado de São Paulo, em relação à Febem. Os principais jornais de hoje noticiam a rebelião da Febem e ao mesmo tempo abordam a questão da falência daquela instituição.Queremos deixar aqui a nossa crítica ao Governo Geraldo Alckmin com relação ao que está ocorrendo na Febem.

Atualmente quem responde pela Febem é o Secretário de Justiça Alexandre de Morais. Quando foi criada a Secretaria da Juventude tive a oportunidade de vir a esta tribuna para fazer um questionamento no sentido de que essa Secretaria não poderia ser criada apenas para fazer essa ou aquela acomodação de caráter político-partidário, mas que acima de tudo a Secretaria da Juventude tivesse um caráter de estabelecer programas que pudessem ter uma correlação direta com a juventude do Estado de São Paulo.

Pudemos perceber que de todas as Secretarias do Estado de São Paulo, no orçamento que votamos no ano passado a Secretaria da Juventude foi a Secretaria que menos recebeu recursos.

Sr. Presidente, é importante fazer esse debate porque dos programas atualmente desenvolvidos, divulgados pelo Governo, podemos perceber que pelos investimentos do Governo do Estado de São Paulo, especificamente para a Secretaria de Juventude, os recursos são escassos. Haja vista que no ano passado uma emenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores proporcionou um remanejamento de mais de seis milhões de reais para complementar os investimentos em programas da Secretaria da Juventude.

Sabemos e temos a convicção de que o Governo do Estado tem a responsabilidade de reeducar e recuperar os nossos jovens infratores, que por uma situação ou outra ingressam na Febem.

fundamental também que façamos um debate para cobrarmos do Governador Geraldo Alckmin investimentos na Secretaria da Juventude. Repito, reconhecemos os programas existentes na perspectiva de trazer a nossa juventude do nosso Estado os programas culturais, sejam eles programas profissionais.

Destacamos ainda que tive a oportunidade de aprovar um projeto nesta Casa, em 2001, sancionado pelo Governador. Esse projeto tinha o objetivo de estabelecer um convênio, envolvendo a iniciativa privada e o Governo do Estado, para se criar uma alternativa para que o jovem pudesse ter acesso a uma profissão e se apresentar no mercado de trabalho.

Fizemos um longo debate com o Centro de Integração Empresa-Escola e discutimos a criação de um CIEE público, com o objetivo principal da criação de um espaço profissional para os nossos jovens. O Governo sancionou nosso projeto só que até hoje esse projeto não foi regulamentado.

Vimos mais uma vez a esta tribuna para cobrar uma responsabilidade, principalmente investimento do Governo do Estado de São Paulo, na questão da nossa juventude.O problema hoje é estrutural. Infelizmente a gestão que tem se estabelecido na Febem nos últimos anos faz com que tenhamos essa questão da irresponsabilidade por parte do Governo do Estado no trato dos jovens infratores. Há toda uma questão social, mas entendemos que o Governo do Estado de São Paulo tem obrigação de fazer um investimento mais efetivo na Secretaria da Juventude que foi criada, da qual o Governo tem feito propagandas mas investimentos financeiros não têm sido feitos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Donisete Braga.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Palmiro Mennucci, por cinco minutos regimentais.

O SR. PALMIRO MENNUCCI - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos sabem que a minha vida foi toda dedicada ao Magistério de São Paulo. Desde os 14 anos de idade trabalho numa entidade chamada Centro de Professorado Paulista. Comecei como office-boy, naquele tempo chamado de mensageiro. Tornei-me presidente numa eleição onde 250 conselheiros votaram, e obtive 249 votos - só não tive o meu voto. Estou na presidência da entidade há sete anos. Todos sabem da dificuldade que um presidente e um diretor têm para levar uma entidade para frente e, também, chegar a falar com algum secretário. Com o governador, de maneira alguma.

Tive sorte nesses últimos meses. Tenho sido atendido gentilmente, como deveria ter sido sempre, e não como era anteriormente, pela Secretária Rose Neubauer, que não nos atendia quase nunca. Porém, o atual Secretário, Gabriel Chalita, e o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, têm dado atenção aos pedidos da entidade, atendendo em parte as nossas reivindicações feitas nos últimos tempos. As entidades não querem nada mais nada menos do que o bem do Magistério de São Paulo.

Como presidente do Centro de Professorado Paulista, entidade que congrega professores, diretores e supervisores do Estado de São Paulo, acredito ser necessário deixar claro que, ao falar da Educação, o faço na perspectiva de que a atividade profissional de todo professor está impregnada de impessoalidade, pois tem como objetivo a formação humana. Isso não é pouco porque significa dominar conteúdos e habilidades, pensamento e ação, o que implica em escolhas, valores e compromissos éticos. Por isso mesmo, quando se fala em educação, não se pode perder de vista o quadro mais amplo em que ela se insere: das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Com efeito, as reformas educacionais executadas no Brasil nos últimos anos podem ser inseridas no contexto das reformas internacionais, decorrentes de necessidades e exigências das novas formas de organização do trabalho, das transformações técnico-científicas e da urgência da inclusão de todos nos benefícios da cidadania.

Como Deputado que cheguei agora, apresentei alguns projetos. O primeiro projeto, nº 1/05, é para tornar o ano de 2005 como o ano do Magistério. Outro projeto é para criar fórum estadual de Educação. Queremos que este ano seja o do Magistério, que falemos o ano inteiro sobre o Magistério para que consigamos a melhoria salarial dos professores. Não só salarial, mas a valorização da criança, da escola e da juventude, enfim.

Estamos muito preocupados também com a violência na proximidade das escolas. Hoje dificilmente um pai deixa a sua filha ou o seu filho lecionar no período noturno por causa disso. Não há como não lecionar porque há a necessidade de o professor ter um sustento.

Como não consegue aulas durante o dia, é obrigado a lecionar no período noturno. E nesse período já conhecemos as dificuldades. Outro dia, tivemos uma agressão dentro da sala de aula à diretora da minha entidade. Ela foi agredida ferozmente e não houve quem a defendesse. Tudo ficou por isso mesmo; nada foi resolvido, e ela continua dando aula para esse aluno que a agrediu.

Então a dificuldade para um professor no curso noturno é enorme. E estamos aqui pedindo ao Governador para que reforce o policiamento nesse horário, mantenha na porta das escolas um segurança para acompanhar os professores, o diretor, o supervisor para que nada aconteça com eles, para que possam lecionar com calma, sossegados.

Também que o Governador pense, neste ano, na melhoria salarial dessa classe. Não é possível um professor continuar recebendo o que recebem. Hoje, um professor ganha menos que um simples funcionário público sem diploma, muitas vezes ganhando até a metade do salário de um soldado que está iniciando na Polícia. Acho que soldado merece ganhar muito mais, mas professor também merece. Há 20 anos, um professor ganhava o dobro de um soldado; e hoje apenas a metade.

Tenho certeza que o Governador vai atender este nosso apelo - não só o Governador como o Secretário - e vai procurar melhorar cada vez mais o salário do magistério. O magistério merece; é abnegado, é esforçado, é a estrutura desta nação. Se nós estamos onde estamos, devemos ao magistério de São Paulo e do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Senhores Deputados, a Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença do Cônsul do Paraguai Sr. Gerónimo Navaez Torres e o Defensor do Povo, Manuel Maria Paez Monges, acompanhado dos nobres Deputados Renato Simões e Adriano Diogo. A S. Exas. as homenagens do Poder Legislativo. (Palmas.)

Tem a palavra a nobre Deputada Maria Lúcia Prandi . (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Orlando Morando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Waldir Agnello. (Pausa.) Tem a palavra a nobre Deputada Ana Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ubiratan Guimarães. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Jonas Donizette. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Milton Flávio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ricardo Tripoli. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Mário Reali. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Mentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Fausto Figueira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlinhos Almeida. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Vanderlei Siraque. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo "Bispo Gê" Tenuta. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Hamilton Pereira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ricardo Castilho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Roberto Morais. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rogério Nogueira. (Pausa.)

Srs. Deputados, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre Deputado Adilson Barroso. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Renato Simões.

O SR. RENATO SIMÕES - PT - Pronuncia discurso que, por depender de revisão do orador, será publicado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na mesma linha do Deputado Renato Simões, agradeço a visita do cônsul do Paraguai, Sr. Gerónimo Narvaez Torres, acompanhado do ombudsman, o Defensor do Povo da República do Paraguai, Sr. Manuel Maria Paez Monges.

Poderia parecer extemporâneo que nós, Deputados estaduais de São Paulo nos dedicássemos às relações internacionais. Estava conversando com Sr. Cônsul agora sobre quantos paraguaios residem no Estado de São Paulo. São cerca de oito mil paraguaios, sendo um grande número deles indocumentados. Infelizmente a forma de legalização de estrangeiros no Brasil é cruel, é terrível. Essa forma de não-documentação leva a desde o trabalho de escravos até problemas dos mais comezinhos, como poder ser atendido na rede básica de saúde.

O Governo brasileiro tem que levar em consideração essa situação, porque não é possível que nossos irmãos paraguaios, bolivianos ou provenientes de outros países da América Latina sejam tratados como indocumentados, como ilegais, como clandestinos, e transformados em escravos. Tenho acompanhado esse problema com muita preocupação.

O motivo da visita do Sr. ombudsman, do Sr. Ouvidor-geral do Paraguai, é da maior importância.

Nesta semana ainda todo o continente latino-americano foi afrontado com a notícia da filha do ex-Presidente do Paraguai ter sido seqüestrada e encontrada morta num fosso. Não é admissível que, passados tantos anos dos regimes de exceção, ainda aconteçam fatos como esse, e como o assassinato da americana Irmã Dorothy, lá no Pará.

É importante que estreitemos as relações com o Paraguai. Desde a Guerra do Paraguai, do massacre que o exército brasileiro fez contra o povo do Paraguai, um dos acontecimentos mais cruéis, mais terríveis contra um povo, temos uma dívida enorme. O regime militar se associou à ditadura do Paraguai para construir Itaipu. Pouco ou nada melhorou. Pelo contrário, as coisas não melhoraram nem para o povo brasileiro, nem para o paraguaio.

É nítida a dificuldade que todos nós, brasileiros, temos com a fronteira, com a zona de livre comércio na fronteira. Essa fronteira é muito complicada, e sempre foi controlada pelo crime organizado, pelo narcotráfico. Um grande número de veículos brasileiros é roubado no Brasil, com pessoas assassinadas e levados para o Paraguai. Isso não interessa nem ao povo paraguaio e muito menos ao povo brasileiro. Tudo isso é resquício do regime do Sr. Stroessner e das barbaridades que construiu no tempo da ditadura. Hoje o Paraguai é um país democrático, civilizado e que busca consolidar as suas instituições democráticas. Nós, brasileiros, temos que apoiá-los.

Sejam bem-vindos, Srs. Cônsul e Ouvidor-Geral. Muita coisa ainda tem de ser descrita das operações do Cone Sul, quando Stroessner, Pinochet e os assassinos da Argentina, como Vidella e outros, faziam tráfico de prisioneiros, levando pessoas além fronteiras. Esse passado ainda está vivo. Crianças foram seqüestradas, mas essa história ainda não foi contada, não veio a público.

Agradecemos a visita e esperamos tornar o Cone Sul não um retrato macabro da ditadura, mas países civilizados, sem terrorismos, sem contrabandos, sem narcotráfico. Esse é o objetivo do nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve na Venezuela, nas Guianas, e se encontrava em Paramaribo quando precisou interromper sua visita em função do agravamento do quadro da violência no Pará. É nosso interesse nos aproximarmos do povo paraguaio. Os irmãos paraguaios que aqui residem têm de ser tratados como seres humanos.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado Palmiro Mennucci.

O SR. PALMIRO MENNUCCI - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o Deputado Adriano Diogo pelas suas palavras e dizer que a Bancada do PPS está inteiramente de acordo com o que foi dito por Sua Excelência.

O que fizemos para o povo paraguaio, não há dinheiro que pague, e não sei como um dia pagaremos. Mas precisamos fazer isso. É bom ressaltar que não é apenas o que fizemos, mas o que tem sido feito no mundo todo, o que esse Presidente dos Estados Unidos está fazendo no mundo todo: aniquilando povos, cidades e chamando os que se defendem de terroristas.

É preciso acabar com isso um dia. Precisamos tomar cuidado, porque eles vão chamando o Iraque, o Irã, a Coréia do Norte de "eixo do mal". Agora, é a Síria. Qualquer dia será o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e assim vão destruindo tudo, ficando cada vez mais forte e, um dia, vão se tornar o dono do mundo.

Esse Presidente americano tem uma dívida com a população de todo o mundo. Sempre disse que um dia ainda falaria isso, mesmo antes de vir para a Assembléia, porque não posso concordar com o que vem acontecendo. É uma vergonha. A pessoa que está defendo-se é terrorista, e o que está massacrando luta pela liberdade? Então, George Washington teria de ser condenado porque lutou pela liberdade dos americanos; Tiradentes teria de ser condenado porque lutou pela nossa liberdade.

O povo iraquiano é terrorista? Terrorista é aquele que manda matar, massacrar a aniquilar as cidades. Além de aniquilar com as cidades vizinhas agora está jogando uma culpa que não existe em cima do povo sírio. E não estranhem se um dia atacarem a Síria também. Quero dizer aos senhores que a Casa está muito honrada em recebê-los. Os senhores têm hoje a porta aberta de um povo democrático no nosso País.

O SR. RENATO SIMÕES - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DONISETE BRAGA - PT - Srs. Deputados, esta Presidência, mais uma vez, agradece a presença do Cônsul Geral do Paraguai Gerónimo Navaez Torres, bem como do Defensor-Ouvidor Manuel Maria Paez Monges.

Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos.

* * *

Atos Administrativos

ATO DA MESA Nº 04/2005

DE 01/03/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 5º da RESOLUÇÃO nº 839, de 14 de dezembro de 2004, que institui o Programa "Assembléia Popular", RESOLVE:

Artigo 1º - As atividades do Programa "Assembléia Popular" realizar-se-ão, no primeiro semestre de 2005, às quartas-feiras, entre 1º de fevereiro a 30 de junho, das 12h00 às 13h00, no Auditório Franco Montoro.

§ 1º - A instalação do Programa "Assembléia Popular" ocorrerá na primeira quarta-feira do mês de fevereiro.

§ 2º - As atividades do Programa "Assembléia Popular" não ocorrerão nos feriados.

Artigo 2º - Compete ao Departamento de Comissões:

I - reservar o Auditório Franco Montoro, nas datas e no horário previstos no artigo 1º;

II - efetuar as inscrições dos oradores, dirigir e acompanhar as atividades do Programa "Assembléia Popular".

Parágrafo único - No caso de haver, na data de publicação deste Ato, reserva realizada no Auditório Franco Montoro para os dias e no horário previstos no artigo 1º, a mesma será alterada, em comum acordo com o solicitante, para outra data ou horário.

Artigo 3º - Quinze minutos antes do horário estabelecido pelo artigo 1º deste Ato, o Auditório Franco Montoro será aberto e as inscrições para o uso da palavra poderão ser realizadas.

Artigo 4º - O Serviço de Audiofonia da Divisão de Apoio ao Plenário responderá pela instalação de sistema de sonorização adequado para as atividades do Programa "Assembléia Popular".

Artigo 5º - O uso da palavra no Programa "Assembléia Popular" será assegurado mediante inscrição efetuada no mesmo dia e local de sua realização e obedecerá a ordem seqüencial dos oradores inscritos.

§ 1º - A inscrição será efetuada em formulário impresso confeccionado pelo Serviço Técnico de Editoração e Produção Gráfica da Divisão de Imprensa, segundo o modelo constante do Anexo Único, que é parte integrante deste Ato.

§ 2º - Do formulário impresso constará declaração em que o inscrito assume total responsabilidade, civil e criminal, por suas palavras, opiniões e atos.

§ 3º - A orador assinará o formulário de inscrição com assinatura igual à da constante na Cédula de Identidade.

Artigo 6º - É vedado conceder a palavra a quem não esteja devidamente inscrito.

Parágrafo único - O preenchimento incompleto do formulário, previsto no § 1º do artigo 5º deste Ato, ou a ausência de assinatura configura-se como caso de inscrição indevida.

Artigo 7º - Cada orador inscrito terá direito a expressar-se durante o período máximo de dez minutos na tribuna existente no Auditório Franco Montoro.

§ 1º - Havendo, antes do início das atividades, mais de seis inscritos, o tempo total será igualmente dividido entre os previamente inscritos.

§ 2º - É vedado:

1 - o aparte ao orador;

2 - a cessão ou a permuta da palavra;

3 - a reinscrição do orador no mesmo dia;

4 - nova divisão de tempo após o início do evento, no caso previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º - Findo o tempo concedido, o orador deverá se retirar da tribuna.

§ 4º - Se o orador insistir em permanecer na tribuna, após o decurso do tempo concedido, o microfone será desligado e será convidado a ocupar a tribuna o próximo orador inscrito.

Artigo 8º - Transcorridos quinze minutos do horário estabelecido para o início das atividades do Programa "Assembléia Popular", não havendo oradores inscritos, não será ela instalada.

Artigo 9º - A "Assembléia Popular" será encerrada:

I - esgotado o tempo destinado a sua duração;

II - quando não houver mais oradores inscritos.

Artigo 10 - Ao fim de cada "Assembléia Popular" os formulários de inscrição serão encaminhados diretamente ao Serviço de Arquivo da Divisão de Protocolo Geral e Arquivo.

Parágrafo único - O Serviço de Arquivo organizará os formulários de inscrição em ordem cronológica e os manterá arquivados pelo prazo de cinco anos.

Artigo 11 - O Programa "Assembléia Popular" será gravado e transmitido pela "TV Assembléia", no prazo máximo de três dias, obedecendo à conveniência da programação.

Parágrafo único - Fica a Divisão de Rádio e Televisão autorizada a retransmitir as atividades do Programa "Assembléia Popular" nos horários de transmissão diária da "TV Assembléia".

Artigo 12 - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO ÚNICO AO ATO DA MESA Nº 04, DE 2005
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
"ASSEMBLÉIA POPULAR"

DATA: ———/———/2005 NSCRIÇÃO Nº :——————
NOME: ——————————————————
ENDEREÇO:————————————————
———————————— COMPLEMENTO: ———
CIDADE ——————————————————— UF
——————— CEP————————-————
RG Nº ——————————————UF:——————
TÍTULO ELEITORAL Nº ————— ZONA —SEÇÃO ———

DECLARAÇÃO

Declaro estar ciente de que são de minha inteira responsabilidade as opiniões, palavras e atos por mim expressos na Tribuna da "Assembléia Popular" da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e por eles respondo, nos termos da legislação em vigor, civil e criminalmente.

São Paulo, de de 2005.

————————————————————————

(assinatura)

DECISÕES DA MESA

DE: 01/3 /2005

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ARLINDO MARCOS DE LIMA, RG nº 20869144-3, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Agente de Segurança Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 516/2005);

CAMILA COSTA MARIELLI, RG nº 15620000-4, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Assessor Especial Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 517/2005);

ENIO APARECIDO FERRAZ, RG nº 22223291, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 518/2005);

ERIK LORNE DE MESQUITA, RG nº 10237549-5, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 04/03/05.

(Decisão nº 519/2005);

LINDAURA DA SILVA MACIEL, RG nº 7982088-8, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 520/2005);

MARIA IZABEL DE LIMA, RG nº 12.977.481-9, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 521/2005);

SIMONE FERREIRA RAMOS SILVA, RG nº 35978654-6, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Assessor Especial I , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 522/2005);

TIAGO MACHADO DA SILVA, RG nº 43509718-0, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Agente de Segurança Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 523/2005);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ARGOS MAGNO DE PAULA GREGORIO, RG nº 21883424-X, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Técnico Legislativo III , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de EMILIA LUTECIA CORDEIRO DE SOUZA, ficando exonerado do cargo de Assistente Técnico Parlamentar, na data de sua posse.

(Decisão nº 524/2005);

ARLINDO MARCOS DE LIMA, RG nº 20869144-3, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ERIK LORNE DE MESQUITA.

(Decisão nº 525/2005);

EDSON JOSE DE ARAUJO, RG nº 11491116, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ENIO APARECIDO FERRAZ.

(Decisão nº 526/2005);

ERIK LORNE DE MESQUITA, RG nº 10237549-5, para exercer, em comissão, o cargo de Agente de Segurança Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ARLINDO MARCOS DE LIMA.

(Decisão nº 527/2005);

JOSE DE SOUSA NOGUEIRA, RG nº 9355115-0, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de LINDAURA DA SILVA MACIEL.

(Decisão nº 528/2005);

MANASSES MACHADO DA SILVA, RG nº 43509560-2, para exercer, em comissão, o cargo de Agente de Segurança Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de TIAGO MACHADO DA SILVA.

(Decisão nº 529/2005);

MARIA IZABEL DE LIMA, RG nº 12977481-9, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial I , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de SIMONE FERREIRA RAMOS SILVA.

(Decisão nº 530/2005);

RENATA DE ANDRADE RIBEIRO, RG nº 22843551-1, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de CAMILA COSTA MARIELLI.

(Decisão nº 531/2005);

SIMONE FERREIRA RAMOS SILVA, RG nº 35978654-6, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de MARIA IZABEL DE LIMA.

(Decisão nº 532/2005);